

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 163.ª Sessão (Extraordinária), realizada em 11 de setembro de 1973. — (terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Luiz Roberto Soares — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA.
com a presença de 40 srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 178-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 146-71, de autoria do Dep. Domicio Scaramella que cria no bairro do Rio da Areia sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza, a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 12 quarta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:
Discussão única — da Proposição n.º 179-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 164.ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de setembro de 1973. — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Luiz Roberto Soares — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:
Considerando:

1 — O transecurso hoje, do dia dedicado a homenagear todos aqueles que direta e indiretamente se dedicam ao trabalho na imprensa;
2 — A importante função exercida pela imprensa em nossa Nação no esclarecimento objetivo dos principais acontecimentos;
3 — A identificação dos que militam na imprensa com os princípios de liberdade na prestação, independente, de relevantes serviços de utilidade pública a todas as comunidades brasileiras, requerido à Mesa regimentalmente a consignação na Ata dos trabalhos de um voto de regozijo pela passagem do Dia da Imprensa dando-se ciência da decisão da Casa ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná e a Direção dos órgãos de Imprensa de nosso Estado cumprimentando Diretores e Funcionários pela data.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.
(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer a V. Exa. a inserção em Ata dos trabalhos de um voto de regozijo pelo transecurso dos 30 anos de instalação das indústrias Wagner S.A. em Ponta Grossa.

Solicita também, que do presente se dê conhecimento à Diretoria da empresa homenageada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

As indústrias Wagner S.A. acerca de 30 anos iniciavam as suas atividades em Ponta Grossa dedicando-se à industrialização de laminados de madeira. Em pouco tempo veio a alcançar uma expressiva expansão, ramificando-se em todo o território nacional. Isto, a par da grande contribuição dada ao nosso desenvolvimento econômico e social constitui-se num justo motivo de orgulho para os paranaenses. Entendemos que esta Casa deve manifestar a sua satisfação pelo evento e congratular-se com a dinâmica empresa, por isso o nosso Requerimento.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 194-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado a rua Barão do Rio Branco n.º 1455 naquela cidade constituído de um terreno medindo vinte e nove metros e vinte centímetros de frente para a cidade rua por cinquenta e hum metros e cinquenta e oito centímetros de fundos edificado com uma casa de alvenaria, adquirido pelo Estado do Paraná conforme transcrição n.º 13.396 do Livro 3—P, fls. 54 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de Lei encontra arrimo em um princípio fundamental de direito: o de dar a cada um o que é seu.

O objeto da doação pretendida é uma casa de construção muito antiga, ainda de telhas goivas e paredes de estuque primitivo e respectivo terreno, situado na cidade da Lapa, deste Estado, com as metragens constantes do corpo da lei.

Esse imóvel foi havido através de uma escritura pública outorgada em 11 de maio de 1950 no 6.º Tabelião de Curitiba, no Livro 14-E às fls. 161 verso e seguintes, sendo doadora a Associação de Ensino Novo Ateneu e donatário o Governo do Estado do Paraná (documento anexo).

Ocorre, que o objetivo da doação onerosa (casa e terreno) foram conseguidos pela referida Associação a custa de subscrição popular para que se proporcionasse à juventude Lapeana, oportunidade de obter um diploma secundário sem gastos e sacrifícios de "ter que se mandar os filhos para fora".

O governo do Estado comprometeu-se a devolver ao povo o que dele foi tomado emprestado, porém essa obrigação que lhe foi subrogada no ato da lavratura da escritura anexa, nunca foi saldada.

Depois da aquisição o prédio serviu de paço municipal por mais de um decênio. A Câmara também funcionou em uma de suas salas, e para tanto, foi necessário que se fizesse no prédio às expensas da Prefeitura da Lapa, as reformas, consertos e melhorias necessárias para que a casa desse condições aos fins à que se destinava. Posteriormente tentou-se dar o terreno e casa, a título precário, à Sociedade de Socorro aos Necessitados da Lapa que ali chegou a se instalar. Aquela entidade teve efêmera duração estando o prédio hoje ocupado para serventia da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, à revelia do Estado — proprietário, e em precárias situações, reclamando por isso urgentes e necessárias reformas para melhor atendimento de suas finalidades.

O terreno por outro lado está servindo de parque para guarda do maquinário da Prefeitura. Considerando-se pois que o Estado do Paraná nunca tomou posse do terreno ou do prédio; que não pagou a obrigação assumida quando por ocasião da escritura de doação onerosa; que a Prefeitura está disposta a reformar a casa para que ela de continuidade de uso e serventia pública, inclusive para acomodar seções de organismos estaduais com quem ele tem convênio; considerando, finalmente, que somente com autorização considerando finalmente que somente com autorização da Assembléia Legislativa é que a doação a que se refere o anteprojeto retro poderá ser concretizada, espera o Deputado que esta subscreve, tenha a presente matéria legislativa total acolhida nas comissões internas e no plenário desta Casa de Leis.

Projeto de Lei n.º 195-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Os inestimáveis serviços que presta à comunidade operária local e os nobres objetivos a que se propõe a referida entidade, são razões mais que suficientes para considerá-la de utilidade pública, que é o que propomos com este Plano de Lei.

Projeto de Lei n.º 196-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que com o presente pretendemos declarar de utilidade pública, presta vários e importantes, serviços à comunidade sem visar lucro. Além do que, preenche os requisitos exigidos em lei para tal declaração.

Projeto de Lei n.º 197-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário ao Sr. João Milanez.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Milanez nasceu em Meleiro, em Santa Catarina, no dia 15 de dezembro de 1925. Mora em Londrina, há 25 anos é jornalista fundador e atual diretor-proprietário da "Folha de Londrina" um jornal que circula há 25 anos. Recebeu várias condecorações de comendador, sendo uma do governo italiano e três do governo brasileiro: José Bonifácio, Tiradentes e Gran Cruz Presidente Antonio Carlos. Foi eleito "Jornalista do Ano", pelo Diário Popular de Curitiba, em 1969 e "Cidadão Honorário" em Wichita, no Estado de Kansas City (EE.UU) e Formosa do Oeste (Paraná). É presidente do Clube dos 21 em Londrina e membro do Rotary Club. Percorreu diversos países, a convite dos respectivos governos. Tem participado de convenções, missões quase todos os anos, destacando-se algumas delas: convenção internacional do Rotary Club em Nova York; missão junto aos governos, através das entidades de classes; 1.º Congresso Mundial de Prefeitos, em Washington, representando o Estado do Paraná, em 1960; Organização Internacional do Café, em Londres em 1968; em missão oficial de Londrina levando recursos para os flagelados do agude de Orós, em Fortaleza em 1969; Congressos Municipalistas; Congressos do Café; exposições agro-pecuárias em todo o país; banquete de entrega do troféu "Homem do Ano", em 1972, na Câmara Americana do Comércio, em Nova York representando Londrina; missão econômica do Paraná ao Japão onde permaneceu 20 dias; e, recentemente a Câmara concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário de Londrina.

PROJETO DE LEI N.º 198

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, com sede e foro em Cambé.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973

(a) — Xenofonte Villanueva

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de entidade que já se impôs ao respeito e à admiração do povo de Cambé, pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados à comunidade local, notadamente no setor educacional, amparando expressivo número de crianças de famílias sem recursos, visando sua formação integral.

A documentação inclusa comprova o que ficou dito acima, bem como demonstra preencher a entidade os requisitos legais exigidos para ser declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N.º 199-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor José Luiz Guerra Rego.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Luiz Guerra Rego, completa no próximo ano de 1974, 50 anos de permanência no Paraná. Durante todo esse tempo vem dedicando a sua vida, não apenas às atividades profissionais, como tem colaborado de várias maneiras, pelo progresso de nosso Estado, destacando-se na vida sindical, assistenciais e sociais. Mais alto que esta justificativa, fala o seu curriculum, anexo ao presente. Pelo mesmo tomamos conhecimento do seu esforço, da sua dedicação, em vários assuntos, destacando-se o sindical. A sua juventude serviu ao Paraná, como continua ainda, após longos anos, a dar muito de si em benefício da comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito após ouvido o Plenário, que o Grande Expediente da sessão de hoje seja dedicado aos técnicos do Ministério da Agricultura que vêm tratar do momentoso problema do cancro cítrico do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa submete à apreciação do Plenário a questão de ordem apresentada pelo Deputado Quielse Crisóstomo. — **Aprovada.**

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Em menos de uma semana o Sudoeste do Estado recebeu duas boas novas por parte do Governador Emílio Gomes A primeira foi o anúncio de que o início da pavimentação asfáltica da estrada Pato Branco a Francisco Beltrão seria antecipado já para o próximo mês de outubro e agora nos chega a notícia de que o D.E.R. abriu hoje concorrência para projeto final de engenharia das estradas que integram o eixo troncal do corredor de exportação do Sudoeste, trechos compreendidos entre General Carneiro e Palmas; de Palmas a Pato Branco, incluindo acessos a Clevelândia, Mariópolis, Palmas e Pato Branco.

Sendo um homem do Sudoeste, não poderia deixar de vir aqui aplaudir estas medidas de vital importância para a nossa Região, medidas que comprovam a imensa preocupação do Governador para com o setor rodoviário, já atestada quando de sua viagem ao Sudoeste, ocasião em que anunciou mais 2.123 quilômetros de estradas, pavimentadas ou com revestimento básico implantado, para o Paraná, até o final de sua administração.

Era isto que o Estado esperava.

Decisões de porte, que permitissem a retomada do desenvolvimento num curto espaço de tempo.

E é por isso que o otimismo volta a fazer eco em todo o Estado, pois, a continuar este ritmo acelerado imprimido por Emílio Gomes, nesse primeiro mês de Governo, muitas outras boas novas certamente serão anunciadas com frequência daqui para a frente, redobrando a confiança que o povo paranaense hoje já deposita nos homens que estão à frente de seus destinos".

Pediria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a transcrição, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do pronunciamento feito pelo Sr. Governador do Estado, no Sudoeste paranaense, na última quinta-feira, pois, naquela ocasião, S. Exa. definiu com exatidão qual a sua principal preocupação.

Disse S. Exa. o Sr. Governador do Estado: "Quando assumi o Governo do Estado, afirmei que nos dias de hoje, governar não é mais apenas abrir estradas.

Para que um País, um Estado ou um Município cresçam, é necessário atacar, quase que ao mesmo tempo, todos os setores da tão diversificada máquina administrativa.

Mas — e já na ocasião de minha posse fiz esta mesma ressalva — sei que a letra "E" de estradas, bem como de energia e ensino, tem com inteira justiça, predominância entre as reivindicações interioranas.

O lavrador planta.

O lavrador colhe.

Ele precisa que os frutos de seu trabalho revertam em benefício dos resultados do seu extraordinário potencial agrícola.

Isto implica numa infra-estrutura de transportes adequada para que a produção paranaense possa atender, pelo menos, a três finalidades:

— Abastecer as grandes áreas de consumo;

— Suprir as indústrias com matérias-primas;

— Colocar seus excedentes nos terminais de exportação.

Daí porque não há como fugir da necessidade de construir estradas.

E é exatamente por isso que estou aqui hoje.

Tida como ponto de estrangulamento no escoamento de safras, devido às precárias condições de tráfego em época de chuvas, a ligação Pato Branco — Francisco Beltrão dá bem a exata medida de como estradas podem ser importantes para a economia de um Estado.

Ordenei, então, o aceleramento das obras desta rodovia para que, a pavimentação se inicie em outubro próximo.

O que será feito.

E, por ocasião da próxima safra, o Sudoeste verá resolvido um dos seus maiores problemas.

Não se trata aqui de anunciar milagres, mais sim de redobrar os esforços no setor rodoviário.

Não só como forma de interiorizar o desenvolvimento, uma das tarefas básicas a que me propus quando assumi a Chefia do Executivo, como também para integrar o Paraná no programa de Corredores de Exportação, do Ministério dos Transportes que, devo frisar, prosseguirá, seguramente acelerando seu programa de obras no Estado.

A relevância do Corredor de Exportação para o nosso Estado pode ser destacada pelo fato de que dos 14 principais produtos agrícolas brasileiros, o Paraná só não é produtor de cacau.

E tem mais; a contribuição do Paraná em divisas de exportação, está estimada em cerca de 16%, enquanto importa menos de um por cento.

Cabe, portanto, valorizar ainda mais este imenso potencial. Vem daí a minha preocupação com o setor rodoviário, orientando para que as frentes de trabalho fossem ativadas.

E hoje já posso dizer que, nos próximos 17 meses, o Paraná vai ganhar mais 1.000 quilômetros de estradas pavimentadas, além de outros 1.123 quilômetros de estradas com revestimento primário, totalizando 2.123 quilômetros de novas vias por onde escoarão os resultados do trabalho da nossa gente. Muito obrigado!"

Volto a reafirmar o contentamento deste humilde representante à boa gente do Sudoeste paranaense que, em poucos dias, receb duas ótimas notícias. Primeiro o asfaltamento, com início previsto, da estrada que liga Pato Branco a Francisco Beltrão e a segunda a abertura hoje das propostas de concorrência pública para a realização do asfaltamento da estrada que haverá de ligar Gal. Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis e Pato Branco. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. João Palma Moreira, Diretor Estadual do Ministério da Agricultura, do sr. Fernando Augusto Paes, Executor do Projeto de Combate ao Cancro Cítrico, do Sr. Nelson Cochinski Hasselman, Assessor do Diretor.

Ouviremos agora a palavra do Sr. João Palma Moreira.

O SR. JOAO PALMA MOREIRA — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Srs. Deputados Estaduais.

Estamos aqui, Sr. Presidente, com muito prazer e muita honra. Quer nos parecer que esta é a vez primeira que o Ministério da Agricultura se faz presente nesta Assembléia. Aqui viemos por determinação do Sr. Secretário Geral do Ministério da Agricultura, porquanto o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura recebeu, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um Requerimento, subscrito pelo Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, solicitando a presença do Ministério da Agricultura nesta Casa para que fosse feito um pronunciamento sobre os trabalhos que o Ministério vem realizando neste Estado no que diz respeito ao combate do cancro cítrico.

Desta forma e em atendimento a esta solicitação pedimos a presença do Dr. Fernando Augusto Paes que é o executor do projeto de combate ao Cancro Cítrico, e que preparou uma série de anotações para fazer uma explanação à Casa.

Esta explanação, quer nos parecer, levará, mais ou menos, meia hora após o que, se a Presidência desejar, estaremos à disposição dos Srs. Deputados para qualquer pergunta que quiserem fazer.

De nossa parte muito obrigado pela primeira atenção dispensada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Fernando Augusto Paes, Executor do Projeto de Combate ao Cancro Cítrico do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Deputado João Mansur; demais componentes da Mesa; nobres Deputados do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Diretor Estadual do Ministério da Agricultura, Dr. João Palma Moreira; colegas e autoridades federais e estaduais aqui presentes.

Antes de passarmos diretamente ao assunto CANCRO CÍTRICO no Estado do Paraná e comentários generalizados, eu gostaria de chamar a atenção para detalhes que eu considero importantes.

1.º — Que o Cancro Cítrico é provocado por uma bactéria exclusivamente que ataca gêneros cítricos.

Citros quer dizer todas as laranjas que conhecemos, todas as espécies de limas, todas as espécies de tangerinas e inclusive a poncan.

Vamos então passar diretamente ao assunto.

(São expostos, aos Srs. Deputados, cartazes com legendas).

Como eu disse, Cancro Cítrico ataca toda família de Citros. Ele teve início no Japão, China, posteriormente Estados Unidos, onde ele sofreu erradicação.

Para nós, o Cancro Cítrico é uma doença exótica. Isto quer dizer, que, o Cancro Cítrico foi trazido por imigrantes — mais precisamente, foi trazido por imigrantes japoneses.

No Brasil, o Cancro Cítrico se instalou em 1957, quando um Engenheiro Agrônomo, Nelson Ferreira de Oliveira encontrou-o. Infelizmente ele encontrou-o um pouco tarde, porque a cidade de Presidente Prudente já havia contaminado grande parte de São Paulo e grande parte do Paraná. Iniciou-se na região do El Dourado paulista, por isso a contaminação foi muito rápida, incluindo o Estado de Mato Grosso.

A doença, inicialmente foi constatada em Presidente Prudente; aproximadamente 4 anos depois, fora localizada em Pelópolis, em nosso Estado e posteriormente, aproximadamente 1 ano depois ela estava instalada já, também em Mato Grosso, quando então o Ministro da Agricultura tomou providências em todos os sentidos, e, contando com a colaboração dos Estados, a fim de que se controlasse a doença dentro daquele Estado.

A região citrícola do País atualmente se situa na zona de Limeira, Estado de São Paulo. Também há região citrícola no Estado do Rio, que felizmente não se acha atacada pela doença, mas que teve outras doenças gravíssimas; no Paraná, podemos considerar Cerro Azul como a região citrícola do Estado.

Como eu disse, o Cancro Cítrico é provocado por uma bactéria que não ataca outras espécies. Quando fazemos nossa palestra no interior para Lions, Prefeitura, Escolas, nos perguntam, sistematicamente, porque não usamos produtos químicos para o combate ao Cancro Cítrico. Acontece porém que a bactéria já no ser humano é difícil para o combate. Como os Senhores sabem para o vegetal a bactéria torna-se mil vezes mais difícil, porque ela adquire resistências extravagantes e nós não conseguimos dentro do campo citríco ainda encontrar produto químico suficiente para debelar uma bactéria. Acompanhando o movimento econômico internacional de absorção do produto cítrico, tanto do fruto inatura quanto do produto industrializado, nós observamos um crescente volume de absorção. Haja visto por exemplo, quando o Japão se tornou atacado pelo Cancro Cítrico, os técnicos na ocasião não levaram aos termos devidos, a doença. E o Cancro Cítrico se tornou um mal endêmico.

Aconteceu no Japão um caso extraordinário. O Cancro Cítrico dominou totalmente o Japão. Hoje, o Japão não mais produz sucos cítricos, ele produz compotas de tangerinas e de poncans com um trabalho violentamente caro, porque a compota de tangerina para não se tornar muito ácida tem que se descascar como por gomo e ser enchida a compota com suco importado de outros países principalmente, do Brasil. Estamos chamando atenção dos Senhores, porque se pensam que o Cancro Cítrico pode ser deixado ao acaso com vivência, vamos dizer assim, no nosso caso, o café, não podemos deixar com vivência citros com o Cancro Cítrico. Porque o Cancro Cítrico debela totalmente a citricultura. A bactéria (patomana citri) ela penetra no vegetal através de pontículos minúsculos que nós observamos nos limos das folhas chamada estômato. O estômato, que vai determinar a maior ou menor possibilidade da bactéria que penetrar na planta. Já nas tangerinas, nas poncans, nas mexericas o estômato das folhas são reduzidos e não permitem a facilidade da bactéria entrar através do estômato. E uma vez a bactéria instalada no estômato, se multiplica provocando a morte da célula em torno do estômato. Esta pústula aumenta, e a folha cai. Também o problema é idêntico no fruto. Quando o fruto então enfraquece, o pedúnculo cai no chão, provocando penetração a outras doenças criptogâmicas. E em outros casos, o pomar atacado pelo Cancro Cítrico, jamais será econômico; e mesmo que seja de fundo de quintal o pomar não durará mais do que 3 anos, sendo atacado de Cancro Cítrico.

A contaminação do Cancro Cítrico tem três estágios: ataca a folha, posteriormente a haste e posteriormente o tronco. Quando ela chega na fase de atacar o tronco, da planta já temos um pomar esquelético, improdutivo e insuficiente.

O material de Cancro Cítrico que eu trouxe está aqui, depois à disposição dos Senhores, se por ventura houver qualquer dúvida. Assim como trabalhos publicados pelo Instituto Biológico de São Paulo e Agrônomo de Campinas, que também ficarão à disposição dos Senhores.

A contaminação do Cancro Cítrico se dá pelos veículos comuns que nós conhecemos, da propagação das doenças várias de vegetais: insetos, homem, material agrícola, partes do vegetal. Entre as partes do vegetal, temos no caso, borculhas, folhas galhos e mudas. Mas, na prática Srs. observamos que a pior propagação do Cancro Cítrico, é a muda; quando então a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura procurou junto ao Governo Estadual, manter um convênio que já dura dois anos, em que procuramos a todo custo impedir a entrada de mudas, como também a translocação de frutos doentes da região interdita, para a região livre ou a região que chamamos de região isenta de Cancro Cítrico.

As fases da campanha consiste no levantamento da propriedade; hoje o levantamento da propriedade é um verdadeiro cadastramento a alto nível do Município, quando nossos funcionários vão, preenchem fichas, nessa ficha vai o nome do proprietário, o número de plantas, a área da propriedade, seus confrontantes suas distâncias do centro do Município.

Posteriormente, locamos em mapa este trabalho feito em campo, passamos este trabalho de campo para o trabalho de escritório, em papel vegetal; e o trabalho é tão importante que todos os Municípios nos pedem cópia desse trabalho; a ABK nos solicita este material e inclusive o IBGE para confrontar dados estatísticos. Após o levantamento, passamos para a fase da erradicação. A fase de erradicação consiste numa equipe montada com um caminhão; dois auxiliares; operários em número de 30, que seria o ideal; uma moto-serra. Moto-serra nós colocamos em funcionamento no serviço em 1971 e que vem dinamizar bastante nosso trabalho de erradicação que é um dos trabalhos mais caros e mais demorados da campanha.

Junto com a erradicação propriamente dita, nós aplicamos um arbusticida cujo nome comercial é "Tórridon 101", hoje estamos a colocar a técnica sempre na frente da execução. Estamos tentando um arbusticida novo, que saiu no mercado internacional, chamado "Tórridon 155", que possivelmente nos evitará o corte da planta e com isto dinamizará violentamente nossa possibilidade executiva barateando altamente o custo por unidade de árvore erradicada.

Quando começamos os trabalhos da campanha em 64, usamos vários critérios procurando sempre resguardar a iniciativa privada que seria então o agra-

cultor que a duras penas formou o pomar, quer com interesse econômico ou de subsistência ou apenas para seu gasto pessoal, que vamos chamar de pomar de fundo de quintal. Mas procurávamos sempre resguardar esses pomares. Foi o erro nosso porque devíamos ter partido para a erradicação total porque a prática hoje nos ensinou que erradicar de 500 a mil ou a dois mil metros não interessa mais.

Hoje sabemos que um Município que apresenta contaminação em 50% das suas propriedades, é passível de uma erradicação total para que depois não voltemos para reinspecioná-lo e encontrar novas propriedades contaminadas. A reinspeção consiste numa fase posterior à erradicação, quando voltamos ao Município para ver se os pomares naquele raio de mil metros se recontaminaram.

Aqui temos dados estatísticos da campanha em fase de levantamento desde 1965 até 1972. Pediria que não se preocupassem com números que estão no trabalho, porque foram tiradas trinta cópias para quem se interessar depois.

Mas notamos que em 1965 a campanha teve seu início e, portanto, o serviço não atingiu um nível desejado. Posteriormente recebeu a campanha mais verbas, o serviço teve uma elevação de trabalhos normais e compatíveis com a verba que recebíamos de Brasília. Esse nível estatístico de execução de trabalho permaneceu até 1969. De 1969 para cá, Srs. Deputados, fomos paulatinamente tolhidos em nossos movimentos razão por que nossas verbas sempre foram decrescentes.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — O Senhor citou que o pomar estando 50% contaminado justifica a erradicação total.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Só um instante. Os Municípios, estando com as propriedades contaminadas a nível de 50%.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Obrigado. Indagaria, um pomar para ser erradicado qual o percentual de contaminação a ser constatado?

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Queria informar ao ilustre Deputado que bastaria uma árvore, um pomar, para o mesmo ser condenado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Estamos fazendo este pedido de informação porque há muito tempo, talvez no começo deste trabalho de combate ao Cancro Cítrico, em Londrina um cidadão que dependia praticamente dos rendimentos obtidos com seu pomar, teve que promover, de um instante para outro, a sua erradicação e havia uma certa dúvida se fora ou não constatada a incidência do Cancro Cítrico. Talvez pela vivência do cidadão, homem humilde e com dificuldades até para a interpretação desta exigência.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Quero alertar que temos técnicos especializados que conhecem profundamente a doença. O material é coletado e só erradicamos o pomar após "ad-referendum" do Instituto Biológico de São Paulo que analisa o material. Caso contrário não erradicamos.

Em Londrina já está contaminada uma região hidrográfica inteira, possivelmente foram levadas mudas doentes para ali em tempos remotos.

Lá encontramos um pomar contaminado, de exploração econômica como V. Exa. disse em que o proprietário pede pelo amor de Deus para erradicarmos devido ao que falei. O Cancro Cítrico quando penetra já na fase do fruto, quando o fruto está verdolengo, a bactéria se instala na casca da laranja ou de outros citros. E a formação de elementos tóxicos na casca do fruto vai atacar o pedúnculo do fruto e ele cai. Nós observamos que não fica 30% da carga útil no pé. Só isto é a falência para o citricultor.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Desculpe a insistência, mas gostaria de indagar de V. Exa. a respeito de um convênio do Ministério da Agricultura para combate ao Cancro Cítrico no Paraná. Porque, existe um órgão do Governo do Estado que está usando uma grande frota de veículos do Ministério da Agricultura, veículos que foram destinados a combater o Cancro Cítrico. E, na verdade, esses veículos estão tendo outra finalidade aqui no Paraná. É bem verdade que esse órgão a que me referi necessita desses veículos, é um órgão que passou por uma fase difícil e não o estou criticando. Mas é de estranhar que o Ministério da Agricultura destine uma frota de veículos para um determinado fim e a mesma esteja sendo usada para outro fim. V. Exa. perdoe a indagação, mas eu gostaria que esse ponto ficasse elucidado.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — V. Exa. naturalmente se refere ao convênio que fizemos com a Polícia Rodoviária. Esse convênio foi firmado há dois anos e já gastamos do projeto, aproximadamente, 280 mil cruzeiros. Esse convênio foi feito quando achávamos por bem reter um pouco a comercialização do fruto contaminado, provavelmente da região interdita, com a região livre do Estado do Paraná. E, com isso, estaríamos resguardando o Sul do Estado. Porque o mercado de absorção do Norte do Estado — a região interdita — é o Sul. E também estaríamos resguardando a entrada de mudas na região interdita. E se assim não procedessemos, estaríamos dificultando, depois, a erradicação desses recém instalados pomares.

Por esse motivo, coube à Polícia Rodoviária, que se encontrava desaparelhada, na ocasião, a cessão da verba para que ela se reaparelhasse e ficasse em condições de atender o convênio.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que reservem para fazerem as perguntas depois do término da exposição, a fim de que o orador não perca o raciocínio de seu trabalho.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Obrigado. Nós observamos, na fase da erradicação o mesmo problema que vimos em levantamento. Isto é, a erradicação teve seu apogeu em função da verba que recebemos. Então, naqueles anos de 65 a 69, a erradicação teve um nível satisfatório. Em compensação, em 70, 71, 72 e 73, vemos esse nível decrescer de acordo com as verbas destinadas de Brasília. Eu faço questão de falar "de Brasília", para frisar que a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, no Paraná, nada tem a ver com a verba que é liberada para os projetos do Cancro Cítrico. A Diretoria Estadual lançou mão de todos os meios possíveis para dinamizar o projeto no Estado do Paraná.

Revisão de rebrota, é a operação que se realiza após a erradicação, isto porque muitas árvores, após a erradicação vêm a brotar. Isto é normal porque a planta reage querendo viver, e então rebrota. Hoje, a rebrota, através da Portaria Ministerial n.º 12, de 8-1-72, determinou que os proprietários realizassem a rebrota. Então por essa razão a campanha da erradicação no Estado, praticamente, deixou de executar essa fase do projeto. Já podemos observar um gráfico feito da evolução da fase de levantamento.

Como podem observar, tivemos um apogeu, tivemos anos de maior orçamento. E o gráfico cai sensivelmente devido a verba.

Na fase de erradicação vemos a mesma coisa. A erradicação também teve a mesma influência de verba. Entretanto, comparando 1971 com 1972 observamos que em 1971 tivemos uma verba maior que em 1972, porém em 1972 erradicamos mais.

O ilustre colega Osório Carneiro Sobrinho levou à Executória um estudo sobre a moto-serra. Experimentamos a moto-serra e ela foi altamente satisfatória, dinamizando o serviço de erradicação. Fazendo uma comparação po-

demos verificar que um homem com o machado derruba dez árvores por dia, enquanto que uma equipe usando a moto-serra tem capacidade de erradicar por dia, trinta árvores, cada homem. Barateou em 70% o custo operacional. Como havia falado, caso de certo o arbustecida moderno que estamos usando, Tórredon 155, refiro-me à palavra certa porque não tem outra, a dinâmica da campanha será maior e o custo da erradicação será, aproximadamente, dez vezes mais barato do que o tradicional.

O gráfico de revisão de rebrotas segue a evolução nossa, em termos de racionamento de verba. Como podem ver decaiu nos últimos anos. Em 73 não estamos realizando revisão de rebrota, obedecendo Portaria Ministerial.

Reinspeção de árvores. Já disse que é a fase que voltamos para ver se o pomar que estava endêmico se acha contaminado. Como já afirmei, por questão econômica estamos fazendo junto com a erradicação. Por isto mesmo no gráfico aparece a quantidade reduzida. Esta prática foi praticamente abolida em razão do alto custo e a impraticabilidade dentro do campo.

Acompanhando então as verbas da campanha, temos o gráfico de homens. Houve uma época da campanha, de 61 a 69, que tínhamos trabalhando efetivamente 850 homens. Para ter uma noção, estamos agora trabalhando apenas com 85 homens.

Aí está o gráfico de liberação orçamentária. De 65 a 69 tivemos, mais ou menos, o mesmo nível de liberação. Porém, esse nível caiu não sabemos porque, talvez o Diretor Estadual possa explicar melhor esta cláusula que é uma questão interna. Em 1973 ficamos, praticamente com a metade do orçamento de 72.

Aí está, nobre Deputado, o que V. Exa. perguntou, que é a parte de fiscalização. Estão montados oito postos fixos e mais os postos volantes que são os carros entregues, através de convênio, à Polícia Militar do Estado do Paraná, mais especificamente à Polícia Rodoviária. Esses postos fixos, embora sendo muito úteis, têm uma grande desvantagem que é a de serem "furados". O brasileiro arranja sempre um jeito de "furar" a fiscalização. Em Mauá tínhamos postos, rapidamente o pessoal encontrou 10 estradas que dava para furar o Posto. Então, tinha que ir lá buscá-los, com a Fiscalização Volante. (São demonstrados novos cartazes da coleção).

O Estado do Paraná começou com a contaminação em Pelópolis; daí foi abrindo em ondas concêntricas, de acordo com a evolução agrícola daquela região. Depois do El Dourado do Norte, veio o El Dourado do Oeste e daí família levava, para o sítio que comprou, uma muda como lembrança, e ela levava um Cancro Cítrico. E foi assim que o Paraná, na sua evolução agrícola-econômica foi contaminada em alta escala. Observamos que, à medida que fazemos o levantamento, a Região Sul do Paraná está livre do Cancro Cítrico, porque não houve um El Dourado, uma chamada econômica que propiciasse levar mudas, e mudas contaminadas. De maneira que, o Cancro Cítrico já diminuiu sensivelmente à medida que caminha para o Sul.

Observamos em cor amarela — o trabalho já realizado pela Secretaria da Agricultura, sobre a região; em cor vermelha — onde temos que erradicar; em cor azul — onde temos que levantar; e naquela cor, vamos chamar de rosa, Guaraniagu, Catanduva, Leonidas Marques, Cândido Rondon etc., etc. — também regiões para levantamento.

Pelo nosso programa, cremos que terminaremos o levantamento dentro da região, no mais tardar dentro de um ano e 6 meses.

Observamos, ali, que tentamos fazer um raio de contenção. Há um anel de contenção, para que a doença não passasse para o Sul do Estado. Por isso deixamos aquela mancha amarela, na execução do trabalho e passamos ao trecho de contenção, para proteger o Sul do Estado.

Decididamente a mancha amarela — que já está realizado o trabalho de erradicação, temos que voltar nela uma vez que a rebrota está por realizar. Eu, sinceramente, não acredito que o proprietário vá erradicar, fazer essa revisão de rebrota, a não ser que tenhamos intervenção jurídica muito bem estruturada para que seja realizada através do proprietário.

Por isso que os planos quinquenais que mandamos desde 1968 para a Presidência e o plano quinquenal que fizemos junto com a Secretaria da Agricultura, uma vez liberada a verba que julgamos ali ser a necessária e suficiente, erradicaremos e revisaremos todo o serviço do Estado do Paraná dentro de um prazo de 2 anos, e ficaremos mais 3 anos sob vigília completa dentro da área, notadamente que, após os trabalhos da erradicação e das revisões nós teremos que esperar um certo espaço de tempo para que, possivelmente, a bactéria diminua a sua agressividade, ou mesmo morresse, na falta do substrato. Então nós faremos aos moldes de São Paulo, que foi feliz, que traz um grande respaldo da sua Secretaria da Agricultura, e abriremos zonas de replantio tecnicamente planejadas e com variedades — como disse no início, que tivéssemos aqueles estômatos bem pequeninhos, de tangerinas e poncans. E se fossemos felizes nos plantios experimentais tecnicamente conduzidos, nós passaríamos a outras variedades, que serão os limões e posteriormente as laranjas. Damos aqui por encerrada a exposição sobre o projeto do Estado do Paraná e queremos só acrescentar um adendo sobre o Estado de São Paulo e o Estado de Mato Grosso. O Estado de São Paulo, Srs. Deputados, consideramos hoje tecnicamente com o Cancro Cítrico controlado, já na sua fase de experiência de replantio, ou seja, o plantio tecnicamente conduzido dentro da região que foi erradicado. Já, São Paulo, em uma nova região, está tendo novos problemas com a reincidência do Cancro Cítrico uma das regiões tecnicamente planejada para o plantio experimental.

Em contato com os técnicos de São Paulo eu disse que, possivelmente, o Paraná está recontaminando São Paulo. Mas ali estávamos desenvolvendo uma moeda porque foram eles que nos contaminaram. O Estado de Mato Grosso, lá, a situação é pior que a do Paraná, porque Mato Grosso é um Estado sem condições econômicas, é um Estado sem infra-estrutura, a Secretaria com um número de técnicos pequeno e com uma verba também pequena. Então o Ministério da Agricultura tem arcado sozinho. Creio que o Paraná até então com o trabalho de erradicação dentro do Estado e em contato com o ex-executor daquele Estado, sabemos que praticamente o Estado de Mato Grosso está abandonado quanto ao serviço de combate ao Cancro Cítrico. Era só, eu quero agradecer a atenção dos Srs. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. BASÍLIO ZANUSSI — O objetivo nosso, particularmente meu, já me manifestei desta Tribuna por duas ou três vezes, a respeito do grave problema do Cancro Cítrico. O meu objetivo não é outro se não o de receber esclarecimentos para transmitir às regiões onde representamos politicamente.

E como ficou claro, a nossa disposição é esclarecer a todos através de gráficos que nos mostram com clareza, a deficiência de recursos postos à campanha de erradicação do Paraná, que como os Srs. sabem infelizmente, esta decadência, esta queda de recursos, ela se deu depois de 67, 68, 69 até o ano de 73. E o que preocupa e é apreensivo é que desde o início da erradicação, nós que representamos aquela região do Norte Novo, Nova Esperança, Atalaia, Paranacity, a erradicação chegou lá em seus primeiros dias. Alguns dos Municípios com seis sete anos, que tiveram seus pomares erradicados e

alguns Municípios visitados pela campanha, foi uma informação que recebemos, que todo o Paraná, está interdito, inclusive aqui no Sudoeste, nós também verificamos pelo gráfico amarelo que nos Municípios, em alguns Municípios, os pomares foram observados e em outras observações, a serem erradicados. Quer dizer que os Municípios que tiveram seus pomares erradicados há sete ou oito anos, estão em condições iguais àqueles que interditos, na mesma área não tiveram, não sofreram o primeiro corte sequer. Quer dizer, se nós temos, no Norte, Municípios nessas condições todos área interdita: uns que sofreram aquele corte há 7 e 8 anos e outros não, quando poderemos voltar a plantar o Cancro Cítrico. E, parece-me pela sua exposição que não haverá uma resposta; nem poder-se-ia dar uma resposta com certeza; que não seria hoje, parece-me o mais importante e é a opinião nossa, para que não se trave aqui um diálogo; nós entendemos que é pensamento nosso, opinião pessoal nossa, de que se nós não levarmos a efeito a campanha, no Paraná, se não tivermos mais recursos do Ministério colocados à disposição dos Srs. aqui, na campanha, ou principalmente que haja aproximação, estreitamento de relações, convênios, talvez ainda melhor entre Secretaria da Agricultura e Ministério, para com recursos capazes e suficientes levarmos a campanha a efeito. Porque os prejuízos que decorrem disso, no Paraná, são vultosos; é um prejuízo social e econômico. Enquanto o Paraná está interdito, os Srs. sabem disso, o Norte todo, com clima especial, terras boas para o cultivo, nós estamos comprando laranjas e toda sorte de frutos cítricos, inclusive de Mato Grosso, também doente e interdito.

Então Dr. Fernando, o nosso objetivo aqui era este, era o de ouvir esclarecimentos e que tenham seus pomares e que não têm hoje e não têm uma palavra de alento; não se pode, pelo menos, até hoje, nem lhes dizer, os Srs. poderão plantar amanhã ou depois. E nós esperamos ao sairmos daqui, levarmos alguma coisa de novo, alguns esclarecimentos, porque não é necessário que se repetiesse da importância e os Srs. sabem tão bem quanto nós e dos prejuízos econômicos e sociais que representa essa doença nos pomares paranaenses.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Nobre Deputado, pediria ao Dr. Palma para responder a interpelação.

O SR. JOÃO PALMA MOREIRA — Srs. Deputados, após a explanação do Dr. Fernando, sintetizando, nós verificamos o seguinte:

Em primeiro lugar, Cancro Cítrico é causada por uma bactéria e não tem outro combate a não ser a erradicação ou a utilização de herbicidas violentos;

Em segundo lugar, o Paraná é o principal foco do Cancro Cítrico no Brasil e talvez na América do Sul;

Em terceiro lugar, são três Estados contaminados: São Paulo, Paraná e Mato Grosso;

Em quarto lugar o Ministério da Agricultura até há bem pouco tempo lutava sozinho na campanha do Cancro Cítrico. Os recursos alocados realmente diminuíram mas não diminuíram tão consideravelmente, considerando a falta total de recursos; considerando exatamente essa necessidade da campanha porque geralmente observem que anualmente há necessidade da correção monetária e nos recursos federais não houve essa correção, no caso específico da campanha do Cancro Cítrico e o pessoal que saía, há um decreto do Presidente da República, proibindo a admissão de novos funcionários.

Agora tomamos todas as providências junto ao Governo Federal no sentido de dotar o Paraná com aqueles recursos suficientes para que nós debelássemos esse mal. Porque quem está sofrendo não é só o Estado do Paraná na sua economia; é o próprio Estado de São Paulo, que é exportador de suco de laranja e que se vê nessa sua exportação, em virtude do Paraná se constituir o maior possuidor do Cancro Cítrico.

Fizemos, no tempo da gestão de Ivo Arzuza, um plano quinquenal para combater o Cancro Cítrico, plano completo. Mas o Ministério da Agricultura não teve os recursos para atender a essa nossa solicitação. Agora o Ministério está cuidando através do Ministério do Planejamento, de incluir recursos através do BNDE para que tenhamos aqui recursos volumosos para o combate do Cancro Cítrico.

Por outro lado, na gestão do saudoso Governador Parigot de Souza, tivemos contato com S. Exa., levando ao seu conhecimento os prejuízos e o problema do Cancro Cítrico no Estado. Iniciamos, em sua gestão, um convênio entre Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura. Esse convênio prosseguiu e, na fase atual em que nos encontramos, está para ser assinado nos próximos dias, onde o Governo do Estado pela vez primeira vai nos ajudar na campanha do Cancro Cítrico. Não é apenas um convênio objetivando o combate ao Cancro Cítrico, mas, uma defesa sanitária vegetal. Na parte animal, como os Senhores sabem há a campanha contra a febre aftosa, possibilitando ao Estado do Paraná ter um corpo de veterinários que dará cobertura à defesa sanitária animal.

No setor vegetal precisamos um convênio congênere com recursos volumosos para combater não só as doenças exóticas, como outras que vão aparecer. Não se iludam, vão aparecer no soja, como apareceu no feijão a mosca branca, e precisamos pensar numa infraestrutura em pessoal qualificado e material para o atendimento do produtor do Estado do Paraná.

Esse convênio vai ser assinado, já tramitou nos órgãos do Ministério da Agricultura, merecendo aprovação e só falta a delegação de competência para a assinatura. Esse convênio do Governo do Estado dá mais recursos para o Governo da União. Os recursos que temos, por convênio, são 100 mil cruzeiros e o Governo do Estado irá entrar com 1.200 e para o ano seguinte se prevê maiores recursos da União e do Estado.

De modo que o Cancro Cítrico é um problema sério e gravíssimo que temos no Estado do Paraná, onde lutamos sozinho, inclusive às vezes não contando com a colaboração do produtor que escondia a árvore. A gente combatendo, fazendo a erradicação que é um trabalho violento, com este levantamento que os Senhores viram, de propriedade a propriedade, onde os homens passam como pente fino, para descobrir a árvore atacada. Hoje existe a tal região interdita, e se pudermos usar o torridom, novo produto químico, será uma beleza!

Não é só. Os homens têm que derrubar as árvores e depois queimá-las para combater a bactéria.

Lutamos com diversas dificuldades, inclusive no interior. O produtor escondia o viveiro, contaminava... Havia o transporte de mudas de Santa Catarina para o Norte do Paraná, vendendo mudas de citros... O transporte de laranjas do Norte para outras regiões... Foi uma contaminação geral.

Fizemos um convênio com a Polícia Rodoviária. Demos onze veículos para o trabalho de policiamento. Como o Senhor disse, às vezes a Polícia não tem outro veículo e tem que utilizar os nossos para se locomover até Curitiba. Mas este trabalho é também de policiamento nas estradas e então nós fazemos muita questão que os veículos fiquem só na zona interdita. A Polícia anda observando, investigando se há veículos com mudas e não queremos combater o policial por usar o veículo fora da zona interdita.

Estamos com esperanças, inclusive, de recursos do BND para o com-

bate ao Cancro Cítrico. Fizemos dez reuniões, inclusive com Mato Grosso e São Paulo. O Estado de São Paulo leva a sério porque é um fator econômico para seu Estado. No Paraná só teremos condições de produzir citros após a erradicação e um período de carência porque a bactéria no solo, segundo o Instituto Agronômico de Campinas permanece por mais de seis anos no solo.

O SR. ANTONIO BELINATI — O Sr. mencionou a fiscalização da estrada, e eu gostaria de dizer que, no Estado de São Paulo, todos os veículos são revistados para verem se o motorista não está transportando frutos cítricos. E se tal acontecer, terão que deixar aquela carga no posto. Então perguntaria, porque esse trabalho não se processa no Paraná?

O SR. JOÃO PALMA MOREIRA — O Dr. Fernando já explicou que temos postos fixos e volantes, sendo que os fixos se encontram em barreiras. É a Polícia Rodoviária, através dos veículos faz uma fiscalização volante. E, de acordo com o convênio que estabeleceu postos permanentes fixos, não há condições, nem da Polícia, nem do Ministério de fazer essa fiscalização nos moldes da feita em São Paulo.

O SR. ANTONIO BELINATI — Em média, rodamos mais de 4 mil quilômetros por mês, mas, não sei se por coincidência, até hoje nunca fomos obrigados a parar nosso carro para verificarem se transportávamos, ou não, frutos cítricos.

O SR. LAZARO DUMONT — Primeiramente, quero congratular-me com o Ministério da Agricultura do Paraná, especialmente com V. Exa., porque sabemos com que dignidade V. Exa. representa esse Ministério em nosso Estado. E sabemos se V. Exa. não faz mais é porque lamentavelmente, o Ministério não entrega, ao Paraná, as verbas necessárias.

O Sr. sabe que nossa vida, nosso trabalho, está permanentemente ligado ao homem do campo. E em quase todas as reuniões que participamos, no Interior, o problema Cancro Cítrico vem à tona. O que reclama nosso lavrador é essa morosidade na erradicação do Cancro Cítrico. E até parece uma política determinada pelos homens que dirigem o Ministério da Agricultura. E observando aqueles gráficos apresentados, verificamos que somente no tempo em que era Ministro da Agricultura o Sr. Ivo Arzlia, bem como o Sr. Ney Braga, é que o Paraná foi olhado com carinho. Depois dessas épocas, as verbas destinadas ao nosso Estado baixaram muito, não houve um carinho para que o Paraná tivesse suas árvores contaminadas erradicadas. Nada tem sido feito no sentido de transformar o Estado do Paraná de consumidor para produtor. As críticas e queixas que recebemos se referem principalmente a essa morosidade na erradicação. Então, se recebêssemos uma verba grande para se começar a fazer definitivamente a erradicação, essa erradicação poderia ser feita completamente, porque se as verbas são pequenas, é feita a erradicação, mas acaba a verba e quando recebemos novamente outra verba, há muito mais árvores contaminadas e que necessitam ser erradicadas. Sugerimos, recentemente, que a Secretaria de Agricultura fosse o órgão encarregado da erradicação, ou pelo menos que se tentasse encampar a erradicação do Cancro Cítrico de nosso Estado para que pudéssemos, definitivamente partir de Estado consumidor para produtor e, com isso, aumentar, cada vez mais, as rendas de nosso Estado.

Então, não sei se caberia a pergunta que vou fazer: "Se o Ministério da Agricultura tem, realmente, vontade de erradicar o Cancro Cítrico em nosso Estado, porque essa morosidade toda?"

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Respondendo queria dizer o seguinte: Como técnico sinto-me bastante feliz, porque houve tempo em que a política era frontalmente contra nosso sistema de trabalho. Felizmente, hoje, repito com grande alegria, está acontecendo o contrário. A política está nos chamando para esclarecimentos do problema. Mais ainda, o Presidente da Assembleia, através do Governo do Estado, fará apresentar ao Ministério da Agricultura no sentido de melhorar o projeto dentro de sua fase executiva no Estado do Paraná.

Com relação a questão orçamentária, sabemos que o País tem várias fontes de trabalho e inúmeros projetos dentro de vários Estados da Federação a serem tocados.

Durante nossa última visita a Brasília, ocasião em que se encontrava presente o Diretor Estadual, fomos tratar do problema. Havia um grande problema no Estado de Pernambuco referente a cana de açúcar e o Governo Federal julgou que esse problema era mais sério que o Cancro Cítrico no Estado do Paraná.

O Governo Estadual deverá dirigir mais verbas para o fim específico "Cancro-Cítrico". Tenho certeza que se os Governos Federal, Estadual e Municipal se unirem teremos aquele equilíbrio desejado pelos agricultores e por nós técnicos. Com relação às Prefeituras, solicitamos a elaboração de convênios ou prestação de serviços de colaboração, porque V. Exa. sabe melhor que nós, a precariedade econômica em que se encontram várias Prefeituras do Estado. Esta é a razão pela qual elas necessitam de ajuda do Governo. É necessário que se erradique a doença em tempo hábil, antes que a doença se torne endêmica. Na hora em que ela se tornar endêmica no Estado não haverá verba que chegue, não haverá técnica suficiente etc.

O SR. EMILIO CARAZZAI — Antes de tudo quero congratular-me com Vs. Ss. pelos esclarecimentos que trouxeram a esta Casa e a nós todos que representamos os diferentes Municípios de nosso Estado.

Acho que quem teve a iniciativa de trazer Vs. Ss. a esta Casa merece toda a nossa congratulação e todo o nosso aplauso.

Pode ser um tanto jocoso o aparte que irei dar a V.S.. Acredito que houve uma falha ou um equívoco de sua parte quando mencionou a produtividade da moto-serra. V.S. disse que um homem com o machado derrubava dez árvores por dia e que um homem com uma moto-serra derrubava trinta árvores por dia. E eu próprio, que possuo uma moto-serra, derrubo em duas horas cem árvores. Creio que houve um lapso de sua parte. Um homem só pode derrubar cem laranjeiras num dia e não é preciso que trabalhe mais de quatro horas.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Sabemos que uma moto-serra em 40 segundos derruba uma árvore de até dez anos.

No entanto, quando me referi à erradicação, um homem derrubando 10 árvores, nós temos que fazer a batida na propriedade, que a árvore não está só ali na casa, na sede, ela está espalhada na pastagem...

O SR. EMILIO CARAZZAI — Obrigado, V.Exa. já deu a resposta.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Queremos agradecer a V.Exa., pela disposição de aqui comparecer, trazendo-nos estes esclarecimentos. Conheço V.Exa. de longa data, sei do interesse e dedicação que V.Exa. tem dispensado ao setor da agricultura, mas como bem expôs o Deputado Basílio Zanusso e também o Deputado Lázaro Dumont, é a preocupação dos agricultores da nossa Região que nós precisamos ter alguns esclarecimentos, a fim de levar a este povo, quando nos interroga da situação da erradicação do Cancro Cítrico no Paraná.

Tenho conhecimento de que na Região, principalmente na minha Região

do Vale do Itaipu, na erradicação feita já há mais de 4 anos, de que, em parte do Município foi interrompida há mais de 4 anos, e nada mais se fez.

Eu pergunto: qual o efeito produzido, dessa erradicação que foi interrompida há mais de 4 anos? Qual a vantagem que houve para o Ministério da Agricultura, e qual a vantagem que houve também para estes agricultores da Região?

É nosso pensamento, que, só se consegue a erradicação definitiva no Paraná, o dia em que for feito um levantamento de combate à erradicação, como se fez num prazo determinado, depois então haveria a fiscalização. Porque o que estamos notando é uma fiscalização lá em Mauá, impedindo que aqueles produtos do Norte do Paraná venham ao Sul do Paraná. Verificamos que continua o grande problema do Norte do Paraná, e que não sabemos quando será concluída essa erradicação no Norte do Paraná. Sabemos muito bem da falta de recursos para fazer-se assim a curto prazo, mas, eu pergunto, se houvesse um atendimento, um convênio direto com o Município dando possibilidade ao Município de procurar os agricultores e fazer-se uma proposta para que eles iniciassem a erradicação na sua propriedade, num prazo X. Isto aí, por Lei, criada pelo próprio Município, e o agricultor receberia, em contrapartida, desse trabalho executado na sua propriedade, outros frutos não cítricos, para serem plantados. E tudo isto, num prazo determinado. Caberia ao Ministério, fazer a fiscalização, e com esse dinheiro que iria gastar, entregaria ao agricultor. Esta seria uma solução!

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Eu queria somente fazer um adendo à interpeção do Nobre Deputado.

Primeiramente, nós já experimentamos de várias maneiras — a colaboração do serviço municipal, e também dos proprietários. O proprietário, e V.Exa. conhece bastante de perto os proprietários agrícolas, i.e.: aquele proprietário que se nega a erradicar o seu pomar; questões várias: vamos dizer que o pai dele plantou, ele conserva aquilo como reliquia. Há o que se nega, simplesmente por negar. Há o proprietário que nos recebe armado, e nós, na ocasião tivemos que recorrer à Polícia. Há os que nos obrigam, de outra forma, a ocupar o Departamento Jurídico do Ministério da Agricultura; para esses casos então, quando nós chegamos em relações humanas, o problema se agrava violentamente, porque acontece que nós queremos, nesse caso, que os proprietários realizem, embora fosse interesse deles sobre a questão, ceder a estes proprietários incentivos, muitas ou pagá-los, a fiscalização ficaria também bem cara e o fornecimento destas multas também caro, no fim elevaria ainda mais a execução dos serviços. Já estudamos inclusive várias maneiras de executar a erradicação, no entanto, agradecemos a sugestão de V.Exa..

O DR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Apenas eu, queria complementar o seguinte:

A Campanha vem trabalhando em forma de leque, abriu diversas frentes de trabalho, e nós verificamos que isto não é o ideal, o ideal é começar a trabalhar nos municípios, fazer a erradicação e liquidar de uma vez por todas com o Cancro Cítrico. Razão pela qual, agora com os recursos que temos, estamos exatamente tomando iniciativa de juntar esforços de pessoal e material para começar o Município e liquidar o Cancro Cítrico naquele local. Já é uma resposta que de fato prova que erradicação começou e houve a rebrota, e não houve lá um trabalho continuado. Agora, por outro lado, nós precisamos de um regulamento de defesa sanitária vegetal que seja atualizado. Isto já estamos providenciando. Já providenciamos junto ao Sr. Ministro, deve ser assinado por estes dias, um regulamento de defesa sanitária vegetal não só do Cancro Cítrico mas geral, onde as taxas, as taxas de punição e multas sejam muito elevadas porque esta atual ainda é questão de mil réis. De modo que o Governo já está tomando providências.

O SR. EMILIO CARAZZAI — Apenas para acentuar, as palavras do Dr. Fernando quando ele mencionou a dificuldade que encontram os Senhores na encetação da campanha contra a febre amarela. Esta luta tem relação exatamente com o que o Dr. Fernando mencionou, em relação ao trabalho que nós médicos tínhamos que empreender para enfrentar as armadas para extrair uma amostra de fígado num cadáver, no sentido de erradicar a febre amarela no Norte do Paraná. Porque eu lutei junto ao Serviço de Febre Amarela em Londrina e Cornélio Procopio, em toda aquela Região, é exatamente igual aquilo que o Dr. Fernando mencionou. Então devemos compreender quanto os Srs. lutam, e eu entendo quanto é difícil esta luta: Nós tínhamos que tirar uma amostra de um cadáver e os Srs. têm que arrancar uma laranja.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Então, continuando, quer nos parecer e temos certeza disso, que com o convênio que vai ser celebrado junto com o Governo do Estado, que já está aprovado, falta só a assinatura, com os recursos do Governo Federal que vai alocar um combate ao Cancro Cítrico através do PND, onde o combate ao Cancro Cítrico estará vinculado ao PND. Nós teremos então condições de dinamizar uma campanha eficiente para que possamos assim, num menor prazo de tempo possível, erradicar o Cancro Cítrico no Paraná. Agora, a notícia é alvissareira, exatamente este herbicida que estamos empregando agora, em fase de experiência, um tórridon, quer dizer um herbicida muito violento que deverá matar a árvore, não precisamos mais fazer a erradicação da árvore, apenas a aplicação do herbicida já mata a árvore e não haver nem a rebrota; é uma das esperanças que nós temos; estamos fazendo experiências agora.

O Dr. Fernando já iniciou; vai ser muito fácil erradicar o Cancro Cítrico, basta colocar o pulverizador nas costas com o remédio e pulverizar o tronco que ela morre.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, que o assunto esgotou-se; para nós foi uma felicidade estarmos aqui presentes.

O SR. BAZILIO ZANUSSO — Antes de encerrar, apenas a título de informações; os Srs. poderiam nos informar sobre o que havíamos perguntado, esta Região toda no Norte, onde se fez a erradicação há 7, 8 anos, e nos Municípios onde está agora não recebeu a visita da campanha; que diferença; há discriminação por ocasião do replantio, quando vier a autorização para plantação desses pomares? o que diferencia um Município do outro nessas circunstâncias?

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Nobre Deputado, a resposta é muito simples.

O ser bactéria, não é tão agressivo; um vírus, como é o caso da tristeza, que ataca o citrú; o vírus, é num português, mais baixo, uma desgraça. Mas a bactéria uma vez tirado o substrato ou seja o citrú, ela morre; ela tem uma faixa de vivência, dentro do tempo. O pomar erradicado já debelou uma colônia imensa de bactérias; isto quer dizer o seguinte; que um pomar onde não foi erradicado em que o Cancro está instalado, -- O Senhor, esta representando a estrada inglesa, vamos citar um Município ali perto: Paisandu; está com uma contaminação altíssima; será um Município totalmente erradicado, nos moldes do que foi Nova Esperança e Uniflor também. Entretanto, Nova Esperança e Uniflor teve grande vantagem de já haver sido

erradicada e rebrotada. Com isso a população de bactérias que por ventura ainda está no chão, na rebrota, é muito inferior mesmo à população de bactérias numa propriedade numa área que ainda não foi erradicada.

E vamos deixar Castelo Branco. Foi uma questão de estratégia que, como o Dr. Palma explicou, nós, na ocasião era um outro executor que estava na frente dos trabalhos e achou por bem abrir o aque; foi um erro, mas um erro não consciente.

Sairão do convênio dentro dos moldes preconizados do plano quinzenal que fizemos o Paraná terá todos os seus focos erradicados no prazo de 1 ano e seis meses. Terá toda sua supervisão dentro de três anos próximos e a partir do quarto ano, nós abriremos o plantio experimental, tecnicamente conduzido, uma vez que é o fim do convênio que nós tentamos realizar no momento.

O SR. BAZILIO ZANUSSI — Quer dizer que os primeiros pomares a serem plantados, feito o convênio, com a Secretaria, será daqui a 4 anos, mais ou menos.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PAES — Exato. Agora, antes do Dr. Palma encerrar a Reunião, queria deixar ao Presidente da Assembléia, S. Exa. o Deputado João Mansur. Portarias, trabalhos e dados estatísticos da Campanha, à disposição.

Agradeço a atenção dos Srs. para comigo; as interpelações foram das mais produtivas, bem dirigidas.

Quero pedir à Assembléia, através de S. Exa. o Sr. Presidente, que interpele junto ao Sr. Governador do Estado, uma solicitação ao Ministério da Agricultura, no sentido de voltar as suas vistas ao problema do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO PALMA MOREIRA — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Sentimo-nos felizes em podermos trazer ao Plenário um assunto de tanta importância. É um assunto difícil e sabíamos, de antemão, que as perguntas viriam com bastante objetividade.

Gostariamos de estar aqui em outra oportunidade para tratar de outro assunto que trouxesse mais aconchego de linguagem entre o Governo Federal e o Governo do Estado diante de problemas tão importantes que se deparam no Estado.

Estamos envidando esforços para tomarmos uma série de providências quanto à solução dos mesmos. Assim teríamos um diálogo mais ameno e mais brilhante.

No entanto, este assunto mereceu nossa presença aqui e o fizemos com toda a humildade e parece que o objetivo que tínhamos de levar aos Senhores o que é o Cancro Cítrico para que possam difundir em sua Região, foi atingido.

Estamos confiantes de que, através de convênio com o Governo do Estado, teremos condições de debelar o Cancro Cítrico no menor espaço de tempo possível.

Obrigado. (Palmas). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência agradece a presença neste Plenário dos Drs. João Palma Moreira e Fernando Augusto Paes e agradece a maneira cortês com que trouxeram esclarecimentos aos Srs. Deputados, a fim de que cada um possa levar à sua Região os esclarecimentos necessários sobre este mal que tanto vem afetando a fruticultura em nosso Estado.

Irá, esta Presidência, oficial ao Ministro da Agricultura, agradecendo o pronto atendimento de S. Exa. mandando a esta Casa estes dois técnicos que trouxeram esclarecimentos tão necessários a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 47-73, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49-73, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administração. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12-73, que cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 48-73, que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado nas Ruas Emiliano Pernetta esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 61-73, que fixa o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 79-73, que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em Comissão, de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 82-73, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporã, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura como específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, os tratores que específica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 139-73, que acrescenta ao artigo 9) da Lei n.º 5.948 de 25.5.69, parágrafo com redação que especifica. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, para funcionar em período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública, a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — com substitutivo. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 43-71

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, de Cornélio Procopio, um terreno com a área de 242.000 m², localizado na Fazenda Congonhas, no Município, com as divisas e confrontações constantes do título transcrito sob o n.º 8.682, no livro 3.º, n.º 12, do Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1971.

(a) Dep. Rosário Pitelli

JUSTIFICACAO

A autorização legislativa objeto do presente projeto, encontra apoio na autoridade moral e na capacidade executiva da Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, entidade que tem ao seu crédito inúmeros e relevantes serviços prestados à infância desamparada e à própria sociedade de Cornélio Procopio.

Justifica-se o projeto no elo de continuidade dos trabalhos dessa instituição e no detalhe de proximidade e presença da Sociedade na assistência ao menor, o que ocorre no local há vários anos.

Justifica-se o projeto, ainda, no detalhe importantíssimo de ter sido tal imóvel doado gratuitamente ao Estado do Paraná, por particular com o fim de ser destinado a aproveitamento público.

Ora, nada mais justo que, tendo a Sociedade Procopense de Assistência ao Menor construído aí prédio e instalação destinados à finalidade principal de Assistência Moral e educativa à centena de crianças, o que fez com a contribuição espontânea de diversos cidadãos de Cornélio Procopio, continue nessa benemérita realização já com mais confiança contando com o domínio do imóvel.

Além disso, a contribuição do Governo Estadual em fazendo a doação, vem de encontro à campanha nacional de erradicação de analfabetismo.

Frisa-se que a donatária é Sociedade Civil com personalidade jurídica própria, instituída há 17 anos, em cujo período de existência sempre se houve com acerto, sendo merecedora de encomios.

E, mesmo repetindo lugar comum, não se olvide que as crianças de hoje serão os homens de amanhã.

Dai o projeto que ora submetemos à apreciação e deliberação dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 43-71

AUTOR: Deputado Rosário Pitelli

SÚMULA: Autoriza doação de terreno à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor.

RELATÓRIO

1) — A Ementa do Projeto diz tudo.

2) — Quanto à redação do projeto, omitiu-se o proprietário do imóvel a ser doado, que se presume ser o Estado do Paraná. Como presença não gera direitos, há omissão a ser corrigida, tornando-se expresso do corpo da lei que o Estado é o titular do domínio e possuidor do bem.

3) — Nada a opor ao projeto, porém, de acordo com sua aprovação nos termos do substitutivo junto.

E o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

a) Emilio Carazzai — Presidente em exercício.

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho — Cândido Martins de Oliveira — Armando Queiroz Sebastião R. Júnior

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Autoriza o Estado do Paraná a doar à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica, de sua propriedade.

Art. 1.º — Fica o Estado do Paraná autorizado a doar à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor de Cornélio Procopio, um terreno de sua propriedade, com a área de 242,00 (duzentos e quarenta e dois mil) metros quadrados, localizado na Fazenda Congonhas, Município e Comarca de Cornélio Procopio, com as divisas e confrontações constantes da transcrição n.º 8.682 daquele Registro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho — Cândido Martins de Oliveira — Sebastião R. Júnior — Armando Queiroz

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 43-71

I — De iniciativa do nobre Deputado Rosário Pitelli, o Projeto de Lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo doar à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, um terreno com área de 242.000 m², localizado na Fazenda Congonhas, Município de Cornélio Procopio, com as divisas e confrontações constantes do título transcrito sob n.º 8.682, no Livro 3.º, n.º 12, do Registro de Imóveis da Comarca do referido Município.

II — O presente Projeto de Lei, de alto significado humano, tem o caráter meramente autorizativo, não ofendendo, em consequência, nenhum princípio de ordem financeira.

III — Opinamos, s.m.j., pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Santos Lima — Relator

Sebastião R. Júnior — Marciano Baraniuk

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44-73, de autoria do Dep. Armando Queiroz de Moraes, que transfere para a jurisdição do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 44-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam transferidos para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1973

Armando Queiroz de Moraes — Deputado

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de trânsito do Município de Janiópolis, anteriormente à lei n.º 6.161 de 23-11-1970, estavam sob a jurisdição da circunscrição de Campo Mourão. Face a essa lei passaram ao município de Goio-Êrê. Pretendeu-se, com isso, ensinar maiores facilidades e confortos aos moradores de Janiópolis. A prática veio demonstrar, no entanto, que o objetivo não foi alcançado. Na verdade, todo o movimento comercial, escolar, social, bem como problemas de ordem estatal se centralizam em Campo Mourão. Considere-se também que o acesso a Campo Mourão, embora um pouco mais distante, é bem mais cômodo, face às melhores condições da estrada. Somados todos esses fatores, evidencia-se o acerto da medida ora proposta. daí esperar-se aprovação desta Casa.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 44-73

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes.

ASSUNTO: Transfere jurisdição de serviço de trânsito.

PARECER

O projeto é legal e constitucional. Pelas razões expostas na justificativa impõe-se a sua aprovação, para melhor atender às necessidades dos usuários desse serviço, pelas facilidades que passa a apresentar.

Somos pela aprovação na redação em que se encontra.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1.973

(Assinatura ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Lopes Júnior — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 44-73

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes.

SUMULA: Transferência da jurisdição de trânsito do Município de Janiópolis.

I) — O Projeto em pauta já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Como bem demonstra a justificativa apresentada, nada mais justo do que transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis.

Problemas de ordem financeira não existirão, uma vez que já encontra-se instalada e em funcionamento, a circunscrição de Campo Mourão.

II) — Assim sendo, o nosso parecer é favorável à aprovação deste Projeto.

Sala das Comissões, em 21-8-73

(Assinatura ilegível) — Presidente

Dep. Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 69-73, encaminhando ante-Projeto de Lei que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO GERAL e EMENDAS DA C.C.J. e EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

69/73

Curitiba, 3 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

O anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, objetiva, ainda, a majoração dos vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal.

As tabelas de remuneração ora submetidas a essa Assembléia Legislativa Estadual, resultam de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Administração, cujas conclusões necessariamente tomaram por base os seguintes fatores fundamentais:

I — a atual conjuntura financeira do Estado, observadas a taxa de crescimento da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses;

II — as determinações emanadas da Carta Magna da Nação e da legislação federal aplicáveis à espécie;

III — a determinação de manter a despesa global com pessoal, em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme preceituam os artigos 64 da Constituição Federal e 34 da Constituição do Estado; e

IV — a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos.

Para atendimento às despesas decorrentes da majoração proposta, o Plano de Lei em questão contém disposição expressa autorizando a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de outubro de 1973, fixados na forma das tabelas constantes dos Anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são fixados a partir de 1.º de outubro de 1973, nos valores estabelecidos nas tabelas contidas no Anexo V, desta lei.

Art. 3.º — O salário família fica fixado em Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por dependente.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — Os vencimentos decorrentes desta lei, não incidirão nem servirão de base ao cálculo das vantagens instituídas pela lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 e pelo art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que ficam com seus atuais valores acrescidos de 15% (quinze por cento).

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a execução da presente lei.

Art. 7.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O "I"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER EXECUTIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível		
1	Cr\$ 318,00
2	Cr\$ 318,00
3	Cr\$ 318,00
4	Cr\$ 318,00
5	Cr\$ 318,00
6	Cr\$ 318,00
7	Cr\$ 322,00
8	Cr\$ 329,00
9	Cr\$ 342,00
10	Cr\$ 355,00
11	Cr\$ 378,00
12	Cr\$ 401,00
13	Cr\$ 443,00
14	Cr\$ 489,00
15	Cr\$ 532,00
16	Cr\$ 578,00
17	Cr\$ 666,00
18	Cr\$ 755,00
19	Cr\$ 842,00
20	Cr\$ 932,00
21	Cr\$ 1.021,00
22	Cr\$ 1.109,00
23	Cr\$ 1.198,00
24	Cr\$ 1.286,00
25	Cr\$ 1.374,00
26	Cr\$ 1.463,00
27	Cr\$ 1.552,00
28	Cr\$ 1.640,00
29	Cr\$ 1.729,00
30	Cr\$ 1.831,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo		
1—C	Cr\$ 2.277,00
2—C	Cr\$ 2.096,00
3—C	Cr\$ 1.928,00
4—C	Cr\$ 1.774,00
5—C	Cr\$ 1.632,00
6—C	Cr\$ 1.501,00
7—C	Cr\$ 1.382,00
8—C	Cr\$ 1.271,00
9—C	Cr\$ 1.170,00
10—C	Cr\$ 1.076,00
11—C	Cr\$ 991,00
12—C	Cr\$ 911,00

13-C	Cr\$	838,00
14-C	Cr\$	771,00
15-C	Cr\$	710,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	304,00
2-F	Cr\$	259,00
3-F	Cr\$	228,00
4-F	Cr\$	183,00
5-F	Cr\$	168,00
6-F	Cr\$	137,00
7-F	Cr\$	107,00
8-F	Cr\$	92,00
9-F	Cr\$	76,00
10-F	Cr\$	61,00

TABELA D — INTEGRANTES DA POLICIA MILITAR DO ESTADO

Soldo do Posto de CORONEL da P.M.E. (Artigos
107 e 118, da Lei n.º 6.417, de 3-7-73) Cr\$ 2.360,00

ANEXO "II"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível		
1	Cr\$	312,00
2	Cr\$	316,00
3	Cr\$	329,00
4	Cr\$	342,00
5	Cr\$	335,00
6	Cr\$	368,00
7	Cr\$	381,00
8	Cr\$	395,00
9	Cr\$	408,00
10	Cr\$	420,00
11	Cr\$	460,00
12	Cr\$	500,00
13	Cr\$	551,00
14	Cr\$	604,00
15	Cr\$	684,00
16	Cr\$	762,00
17	Cr\$	854,00
18	Cr\$	946,00
19	Cr\$	1.037,00
20	Cr\$	1.129,00
21	Cr\$	1.221,00
22	Cr\$	1.313,00
23	Cr\$	1.405,00
24	Cr\$	1.497,00
25	Cr\$	1.587,00
26	Cr\$	1.679,00
27	Cr\$	1.771,00
28	Cr\$	1.863,00
29	Cr\$	1.955,00
30	Cr\$	2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo		
1-C	Cr\$	2.277,00
2-C	Cr\$	2.096,00
3-C	Cr\$	1.928,00
4-C	Cr\$	1.774,00
5-C	Cr\$	1.632,00
6-C	Cr\$	1.501,00
7-C	Cr\$	1.382,00
8-C	Cr\$	1.271,00
9-C	Cr\$	1.170,00
10-C	Cr\$	1.076,00
11-C	Cr\$	991,00
12-C	Cr\$	911,00
13-C	Cr\$	838,00
14-C	Cr\$	771,00
15-C	Cr\$	710,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	304,00
2-F	Cr\$	259,00
3-F	Cr\$	228,00
4-F	Cr\$	183,00
5-F	Cr\$	168,00
6-F	Cr\$	137,00
7-F	Cr\$	107,00
8-F	Cr\$	92,00
9-F	Cr\$	76,00
10-F	Cr\$	61,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo		
Diretor Adjunto	Cr\$	3.594,00
Assistente Técnico	Cr\$	3.594,00
Médico	Cr\$	3.163,00
Secretário de Comissão	Cr\$	3.163,00

ANEXO "III"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO
TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível		
1	Cr\$	318,00
2	Cr\$	318,00
3	Cr\$	329,00
4	Cr\$	342,00
5	Cr\$	355,00
6	Cr\$	368,00
7	Cr\$	381,00
8	Cr\$	395,00
9	Cr\$	408,00
10	Cr\$	420,00
11	Cr\$	460,00
12	Cr\$	500,00
13	Cr\$	551,00
14	Cr\$	604,00
15	Cr\$	684,00
16	Cr\$	762,00
17	Cr\$	854,00
18	Cr\$	946,00
19	Cr\$	1.037,00
20	Cr\$	1.129,00
21	Cr\$	1.221,00
22	Cr\$	1.313,00
23	Cr\$	1.405,00
24	Cr\$	1.497,00
25	Cr\$	1.587,00
26	Cr\$	1.679,00
27	Cr\$	1.771,00
28	Cr\$	1.863,00
29	Cr\$	1.955,00
30	Cr\$	2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo		
1-C	Cr\$	2.277,00
2-C	Cr\$	2.096,00
3-C	Cr\$	1.928,00
4-C	Cr\$	1.774,00
5-C	Cr\$	1.632,00
6-C	Cr\$	1.501,00
7-C	Cr\$	1.382,00
8-C	Cr\$	1.271,00
9-C	Cr\$	1.170,00
10-C	Cr\$	1.076,00
11-C	Cr\$	991,00
12-C	Cr\$	911,00
13-C	Cr\$	838,00
14-C	Cr\$	771,00
15-C	Cr\$	710,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	304,00
2-F	Cr\$	259,00
3-F	Cr\$	228,00
4-F	Cr\$	183,00
5-F	Cr\$	168,00
6-F	Cr\$	137,00
7-F	Cr\$	107,00
8-F	Cr\$	92,00
9-F	Cr\$	76,00
10-F	Cr\$	61,00

TABELA D

CARGOS DO QUADRO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo		
Assistente	Cr\$	3.411,00
Assessor Jurídico	Cr\$	3.411,00
Diretor Auxiliar	Cr\$	3.411,00
Diretor Sec. a C.G.J.	Cr\$	3.411,00
Assessor de Recursos	Cr\$	3.411,00
Assessor Adm. Imóveis	Cr\$	3.411,00
Secretário da Assessoria de Imóveis	Cr\$	1.837,00

ANEXO "IV"

PROJETO DE LEI N.º 157/73

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível		
1	Cr\$	312,00
2	Cr\$	314,00
3	Cr\$	329,00
4	Cr\$	342,00
5	Cr\$	355,00
6	Cr\$	368,00
7	Cr\$	381,00
8	Cr\$	395,00
9	Cr\$	408,00
10	Cr\$	420,00
11	Cr\$	460,00
12	Cr\$	500,00
13	Cr\$	551,00

14	Cr\$ 604,00
15	Cr\$ 684,00
16	Cr\$ 762,00
17	Cr\$ 854,00
18	Cr\$ 946,00
19	Cr\$ 1.037,00
20	Cr\$ 1.129,00
21	Cr\$ 1.221,00
22	Cr\$ 1.313,00
23	Cr\$ 1.405,00
24	Cr\$ 1.497,00
25	Cr\$ 1.587,00
26	Cr\$ 1.679,00
27	Cr\$ 1.771,00
28	Cr\$ 1.863,00
29	Cr\$ 1.955,00
30	Cr\$ 2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1—C	Cr\$ 2.277,00
2—C	Cr\$ 2.096,00
3—C	Cr\$ 1.928,00
4—C	Cr\$ 1.774,00
5—C	Cr\$ 1.632,00
6—C	Cr\$ 1.501,00
7—C	Cr\$ 1.382,00
8—C	Cr\$ 1.271,00
9—C	Cr\$ 1.170,00
10—C	Cr\$ 1.076,00
11—C	Cr\$ 991,00
12—C	Cr\$ 911,00
13—C	Cr\$ 838,00
14—C	Cr\$ 771,00
15—C	Cr\$ 710,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	
1—F	Cr\$ 304,00
2—F	Cr\$ 259,00
3—F	Cr\$ 228,00
4—F	Cr\$ 183,00
5—F	Cr\$ 168,00
6—F	Cr\$ 137,00
7—F	Cr\$ 107,00
8—F	Cr\$ 92,00
9—F	Cr\$ 76,00
10—F	Cr\$ 61,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

CARGO	
Secretário Geral	Cr\$ 2.733,00
Diretor	Cr\$ 2.619,00
Assessor Técnico	Cr\$ 2.391,00
Assistente Técnico da Presidência	Cr\$ 2.391,00
Tesoureiro	Cr\$ 2.391,00
Auxiliar de Tesoureiro	Cr\$ 1.199,00
Secretário do Presidente	Cr\$ 1.199,00
Delegado	Cr\$ 1.199,00
Bibliotecário	Cr\$ 1.199,00
Motorista	Cr\$ 1.199,00

ANEXO "V"

VENCIMENTOS DOS MEMBROS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DOS CONSELHEIROS E AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E DO PROCURADOR GERAL E PROCURADORES DO ESTADO JUNTO AO MESMO TRIBUNAL

TABELA A — MAGISTRATURA

Desembargador	Cr\$ 6.728,00
Juiz do Tribunal de Alçada	Cr\$ 6.392,00
Juiz de Entrância Final	Cr\$ 5.980,00
Juiz de Entrância Intermediária	Cr\$ 5.382,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$ 4.844,00
Juiz Substituto	Cr\$ 4.360,00

TABELA B — MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador Geral da Justiça	Cr\$ 6.728,00
Procurador da Justiça	Cr\$ 5.980,00
Promotor de Justiça de Entrância Final	Cr\$ 5.382,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	Cr\$ 4.844,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	Cr\$ 4.360,00
Promotor Substituto	Cr\$ 3.488,00

TABELA C — TRIBUNAL DE CONTAS

Conselheiro	Cr\$ 6.728,00
Auditor	Cr\$ 5.807,00
Procurador Geral	Cr\$ 6.392,00
Procurador	Cr\$ 5.807,00

AO PROJETO DE LEI N.º 157-73

PARECER

I — É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei n.º 157-73, oriundo da Mensagem Governamental n.º 69-73, de 03 de agosto de 1973, que visa a conceder reajuste de vencimentos ao pessoal civil e militar do Estado, incluindo os membros da Magistratura e do Ministério Público, os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, bem como o Procurador Geral e os Procuradores do Estado junto a este último órgão.

II — Embora não consideremos o percentual do reajustamento proposto condizente com a realidade econômico-financeira do País, de forma a proporcionar aos Servidores um poder aquisitivo que lhe permita fazer face à elevação do custo de vida que se registou nos últimos meses, somos forçados a nos render aos argumentos do Poder Executivo, no sentido de que o Estado não pode suportar uma despesa mais alta com o seu pessoal, na atual conjuntura.

III — Partindo do pressuposto de que, nos últimos anos, as alterações das tabelas de vencimentos não constituem senão uma correção salarial e não propriamente uma majoração de retribuição, permitimo-nos através da Emenda Substitutiva, incluir no Projeto, alguns dispositivos que visam a assegurar ao funcionalismo do Estado, gradualmente, aquilo que constitui hoje a sua grande aspiração, reiteradamente defendida, inclusive, pela entidade da classe, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, mas que, até hoje, não foi objeto de sérias cogitações por parte dos órgãos competentes.

Trata-se da coincidência cronológica e percentual entre os reajustamentos de vencimentos concedidos pela União e pelo Estado.

Isto porque o reajuste de vencimentos do Pessoal da União é também fator, pelo menos de ordem psicológica, que determina, de imediato, uma acentuada elevação dos preços das utilidades, com o que o pessoal do Estado fica, do ponto de vista financeiro, em posição de inferioridade em relação ao funcionalismo federal e até mesmo em relação ao funcionalismo do Município de Curitiba, os quais recebem a correção salarial em datas do ano em muito antecipadas daquela que, atualmente, está fixada por praxe, para o funcionalismo estadual.

Assim, enquanto o Município de Curitiba concede reajustamento em 1.º de janeiro e a União em 1.º de março, tem sido constante, para o funcionalismo do Estado, recebê-lo apenas em 1.º de outubro, o que provoca uma natural defasagem na pretendida correção salarial, porque se sabe que, normalmente, a tendência de elevação do custo de vida se registra nos primeiros meses do ano, agravando-se consideravelmente, como já se disse antes, no mês de maio, com a fixação dos novos níveis de salário mínimo.

Acreditamos que, pela forma estabelecida no Substitutivo, o Estado terá condições e capacidade financeira para, sem maiores sacrifícios, satisfazer a reivindicação da classe funcional.

IV — As incorporações aos proventos de inatividade que se preconizam nos Artigos 7.º e 8.º da Emenda Substitutiva, por sua vez, não implicarão em aumento considerável de despesa para o Estado e terão a virtude de assegurar aos seus beneficiários, quando na inatividade, o mesmo padrão de vida que mantinham enquanto em serviço, o que é uma forma de premiar aqueles que, após uma vida de dedicação ao Estado, se recolhem ao recesso dos lares, para um tranqüilo final de seus dias.

V — Quanto à transferência de cargos que se objetiva através do Art. 9.º, é um ato de inteira justiça, porque, por paradoxal que pareça, na mais alta Casa da Justiça, no Paraná, existe um certo número de funcionários, aliás infimo, pois são ao todo quinze, que ocupam cargos de igual denominação ao de outros da Parte Suplementar, desempenham idênticas tarefas e, portanto, assumem idênticas responsabilidades, e, no entanto, percebem vencimentos em muito inferiores aos percebidos pelos integrantes da Tabela D, do Anexo III.

VI — Com isto, acreditamos haver corrigido algumas distorções da Mensagem Governamental, com o sentido de aperfeiçoá-la e proporcionar ao Poder Executivo um instrumento legal que lhe permitirá satisfazer, pelo menos parcialmente, os anseios e aspirações do funcionalismo estadual, que é, na realidade, uma das molas propulsoras do extraordinário surto de progresso e prosperidade por que atravessa o Paraná.

Sala das Reuniões, em 4-9-73

(Ass. ilegível) — Presidente.

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar ficam, a partir de 1.º de outubro de 1973, majorados em quinze por cento (15%), na forma das Tabelas constantes dos anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente Lei.

Art. 2.º — Os vencimentos dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo órgão são majorados, a partir de 1.º de outubro de 1973, em quinze por cento (15%), conforme os valores estabelecidos nas Tabelas contidas no Anexo V desta Lei.

Art. 3.º — Os valores dos vencimentos fixados por esta Lei, mencionados nos artigos anteriores, são majorados, a partir de 1.º de março de 1974, em oito por cento (8%) e, em 1.º de outubro do mesmo ano, a majoração será complementada para atingir o índice do próximo reajuste geral de vencimentos do Pessoal Civil que vier a ser concedido pelo Governo Federal.

Parágrafo único — A partir de 1975 o Estado concederá aos seus servidores civis e militares, em coincidência cronológica e nas mesmas bases percentuais, majoração de vencimentos, mediante Decreto, sempre que a União conceder idêntico benefício aos seus Servidores.

Art. 4.º — O salário família fica fixado em vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 25,00) por dependente e terá reajustes periódicos nas mesmas bases percentuais, toda vez que os vencimentos sofram alterações.

Art. 5.º — Os efeitos desta Lei são extensivos ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o Servidor haja, sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 6.º — Os vencimentos fixados por esta Lei não servirão de base para o cálculo das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, e pelo Art. 3.º da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que ficam com os seus valores atuais acrescidos de quinze por cento (15%).

Art. 7.º — Assegura-se aos Servidores beneficiados com as vantagens mencionadas no Artigo anterior a incorporação das mesmas aos seus proventos de inatividade, desde que as venha percebendo durante os dois (02) anos imediatamente anteriores à data de sua aposentadoria, sendo calculadas as decorrentes da Lei n.º 6.212 pela média de valores pagos nos últimos doze meses.

Art. 8.º — Fica assegurada a incorporação aos proventos de inatividade da gratificação pela representação de gabinete que o Servidor venha percebendo durante dois anos imediatamente anteriores à data de sua aposentadoria, ou a gratificação pela representação de gabinete de valor mais elevado que haja percebido, durante um período superior a cinco anos alternados, na sua vida funcional.

Art. 9.º — Os cargos de Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, criados pela Lei n.º 5.848/68, de 23 de setembro de 1968, fi-

cam transferidos, com a mesma denominação e os vencimentos ali fixados, para a Tabela D, do Anexo III desta Lei.

Art. 10 — O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de cinquenta milhões de cruzeiros, para atender as despesas com a execução desta Lei.

Art. 11 — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 4-9-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 157-73 — Mensagem n.º 69-73

Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

“Art. — Ficam acrescidos, na mesma base percentual, a partir de 1.º de outubro de 1973, os vencimentos do pessoal contratado da Administração Direta ou Indireta do Estado”.

Sala das Comissões, em 4-9-73

Erondy Silvério

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 157-73

ADITE-SE, na Tabela concernente à remuneração do Ministério Público, o seguinte:

— Promotores de Justiça e Curadores de entrância final de

Curitiba Cr\$ 5.382,00

e, no final da aludida Tabela,

— Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça — Cr\$ 4.359,42

JUSTIFICAÇÃO

No tocante à sua primeira parte, visa a presente emenda corrigir um lapso da Mensagem do Poder Executivo, que não menciona dentre os agentes do Ministério Público de entrância final de Curitiba, ao lado dos Promotores de Justiça, os Curadores, em consonância com as disposições do Estatuto do Ministério Público do Paraná.

Relativamente à segunda parte, a emenda pretende corrigir outro lapso do projeto, a fim de melhor e mais racionalmente situar o cargo efetivo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, já preenchido, nesse caráter, por membro do Ministério Público de primeira instância (então ocupante, por concurso de títulos e provas, do cargo de Promotor de Justiça de entrância inicial), na forma do artigo 119 do Estatuto do Ministério Público, com a redação que lhe foi dada pela lei sob n.º 6.155, de 29 de setembro de 1970, dentro da própria Instituição, a que ele sem dúvida pertence.

Curitiba, 4-9-73

Nelson Buffara

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

Para ser apreciada nesta Comissão, vem a Mensagem 69-73, transformada no Projeto de Lei 157-73, que tem por objetivo elevar os vencimentos do Pessoal efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

A matéria foi examinada profundamente na douta Comissão de Justiça, culminando o seu ilustre relator, deputado Wilson Fortes, por oferecer-lhe Emenda Substitutiva Geral que corrigiu oportunamente alguns defeitos da proposta original.

Com efeito, as alterações propostas pelo ilustre parecerista, e mais as que ofereceram os deputados Erondy Silvério e Nelson Buffara, tornam a Mensagem não ideal, como estava a esperar a operosa classe de funcionários públicos do nosso Estado, mas, pelo menos, como salienta o relator no seu parecer, rendendo-se aos argumentos do Poder Executivo, atinge um ponto suportável pelos cofres públicos na atual conjuntura.

Assim sendo, a nossa opinião é que a matéria deve ser aprovada pela Casa, com as emendas propostas.

E o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia da Imprensa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso dos 30 anos de instalação das Indústrias Wagner S.A., em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 43-71, 44-73 e 157-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 109-71, 3-72 e 29-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 20.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Iris Caldart. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Or-

dem do Dia, ocasião em que o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes Projetos: PROJETO DE LEI N.º 72-73 — de autoria do deputado Jorge Sato, que denomina Sanatório Noel Nutels, o atual Sanatório de Tuberculosos da cidade de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 133-73 — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro, esquina com a rua Desembargador Westphalen, nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 135-73 — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e revoga a Lei n.º 6331, de 27-10-72. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) Gilberto Carvalho — Presidente

a) Lélcio G. Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 72-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Sanatório Noel Nutels o atual Sanatório de Tuberculosos de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-9-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Lázaro Dumont — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 133-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, Órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Avenida 7 de Setembro, onde mede 70 10 metros, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde mede 75,00 metros, com a área total de 5.268,00 metros quadrados, atualmente ocupado por edificações da referida Escola, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, conforme transcrição n.º de Ordem 1.139 do Livro 3 da 1.a Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado somente para Estabelecimento de Ensino.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.332, de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-9-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Lázaro Dumont — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 135-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, Órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com 22,60 metros de frente para a rua Marechal Floriano Peixoto, por 56 36 metros de frente para a rua 7 de Setembro, contendo um prédio de alvenaria e mais o terreno anexo com 28,00 metros de frente para a rua 7 de Setembro, por 75 00 metros de extensão de fundos, contendo diversas benfeitorias, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, transcrita sob n.º de ordem 16908 do Livro 3.º I de transcrições do Registro de Imóveis da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.331, de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-9-73.

(aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Lázaro Dumont — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Ata da 9.a Sessão Ordinária

Aos onze dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados, Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antonio Belinati, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato ao Expediente: Convite — da Câmara dos Deputados — Brasília — para participação nos trabalhos da Comissão Especial de Segurança de Veículos Automotores e Tráfego. Simpósio Nacional de Trânsito, a serem realizados em Brasília de 17 a 21 de setembro próximo. Não havendo mais matéria para o expediente passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 88-73 — de autoria do senhor deputado Domicio Escaramela, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dá acesso à sede do Município de União da Vitória pela B.R. 153, como especifica, reator deputado Antonio Belinati, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor deputado presidente assinada, bem como por mim Secretário

Roberto Diniz S. S. — Secretário

(aa) Francisco Borsari Neto — Presidente